

## GESTÃO DOS PROCESSOS DE COMPRAS: UM COMPARATIVO ENTRE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARTICULAR E UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PÚBLICA PATROCINENSES

Emanuelle A. do R. Tobal <sup>(1)</sup> \*; Bianca Soares Gonçalves <sup>(2)</sup>

<sup>(1)</sup> Estudante, Instituto Federal do Triângulo Mineiro, IFTM, Patrocínio, MG, Brasil.

<sup>(2)</sup> Professora EBTT, Instituto Federal do Triângulo Mineiro, IFTM, Patrocínio, MG, Brasil.

\* Autor Correspondente: E-mail: emanuelletobal@gmail.com

Link da apresentação

<https://www.youtube.com/watch?v=f811A9nRgw8>

O tema proposto no estudo referiu-se a uma análise entre dois setores de compras, sendo um de uma instituição particular e outro de uma instituição pública, no município de Patrocínio-MG. A motivação para este estudo baseou-se nas peculiaridades das compras públicas, que devem seguir normas legais, norteadas pela doutrina jurídica e jurisprudência mas, não obstante de algumas peculiaridades, também está o setor de compras das instituições particulares, pois nestas, o departamento de compras é o responsável por obter todo o material necessário para que a empresa mantenha seus processos produtivos funcionando. O objetivo central do trabalho foi desenvolver uma análise comparativa da percepção do comprador sobre o sistema de compras entre uma instituição de ensino particular e uma instituição de ensino pública. Já o objetivo específico foi levantar a percepção dos compradores sobre o sistema de compras de ambos, por meio da aplicação de um questionário. Também, identificar as características e habilidades que apontaram como necessárias para ocupação do cargo de comprador. O trabalho foi um estudo de caso, tendo como fonte de pesquisa uma instituição pública e uma privada no município de Patrocínio-MG, foi caracterizado como descritivo. Como resultados foi possível apontar que a instituição de ensino pública segue as normativas que regem as compras públicas (instruções normativas, orientações, leis, decretos e portarias). Os processos jurídicos são submetidos à Procuradoria Jurídica da Instituição, a qual emite pareceres, notas técnicas ou cotas, com os apontamentos devidos, embora este não seja um órgão fiscalizador e, sim, de assessoramento, contudo, acaba desempenhando certo controle sobre os processos. Não temos auditoria interna in loco, porém esporadicamente, por amostragem, as compras passam por alguma fiscalização de auditoria de outras cidades. Pediu-se, através da percepção de cada respondente, o que poderia ser mudado no sistema de compras para maior eficiência do mesmo. Na instituição particular foi colocado um sistema integrado entre compras, financeiro e contabilidade; também uma melhor comunicação todos solicitantes, fazendo a especificação correta, como enviar um link com a descrição do produto ou uma foto, o que auxiliaria no tempo gasto com orçamentos. Na instituição pública foi apontado que a legislação que rege as compras públicas necessita de algumas mudanças para otimizar o processo de compras. Conscientização dos setores de planejamento, visto que o processo de compras se inicia no planejamento, sendo que este deve ser realizado no ano anterior. Liberação do Orçamento, em tempo hábil, para a instrução e execução do processo de compra. Quanto à percepção dos respondentes sobre indicadores, o comprador da instituição particular colocou que utiliza indicador de estoque que mostra a quantidade disponível, permitindo atender a demanda, verificando o que já temos e a necessidade de reposição. O comprador da instituição pública mencionou como indicador que atualmente, têm-se disponíveis, relatórios gerenciais, que indicam a economia gerada nas licitações (preço estimado versus preço homologado). O trabalho proporcionou um melhor entendimento da importância de um departamento de compras dentro de duas instituições de ensino, independentemente da natureza jurídica. Foi possível afirmar que a percepção de cada comprador está muito alinhada às tarefas do seu dia a dia.

**Palavras-Chave:** Gestão de Compras; compras públicas; processos de compras.